

# 2008

Secretaria de Estado do  
Meio ambiente e  
Desenvolvimento  
Sustentável do Amazonas

Jeferson Straatmann  
Rocío Chacchi Ruiz

**MATERIAL DO MODERADOR - MADEIRA  
III CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POPULAÇÕES  
TRADICIONAIS DO ESTADO DO AMAZONAS**

### III Conferência Estadual de Populações Tradicionais do Estado do Amazonas

## **MATERIAL DO MODERADOR – CADEIA PRODUTIVA DA MADEIRA**

### **I. INTRODUÇÃO**

A utilização de Mapas do Fluxo de Valor (MFV) como ferramenta base das discussões dos grupos permite detalhar informações facilitando o entendimento do conceito de cadeias produtivas por todos os participantes (comunitários, pesquisadores, servidores públicos e empresários), pois se trata de uma apresentação gráfica de fácil compreensão. Esses mapas, geralmente, são utilizados por empresas do setor automobilístico para entender o fluxo de material, de informação na fábrica e também nas cadeias de suprimento com objetivo melhorar o processo como um todo.

Os mapas fornecem uma visão das cadeias a serem analisadas, possibilitando a discussão de grupos de trabalho sobre os mesmos, detalhando informações, gerando discussões sobre formas de melhoria dos processos e dos gargalos existentes para o melhor desempenho do fluxo. Essa análise procura quebrar as visões fragmentadas/locais com uma visão holística (do todo), viabilizando ações que impactam no funcionamento do fluxo.

Espera-se que o método possibilite que os participantes dos grupos de trabalho visualizem as cadeias, as demandas já levantadas nas conferências anteriores, às ações já realizadas e que possam, a partir de um entendimento melhor da situação atual e do fluxo inteiro, pensar juntos em propostas que viabilizem a melhora dessas cadeias produtivas.

Além do MFV serão utilizados nos grupos de trabalho mapas para localização geográfica das ações realizadas para cada cadeia e assunto discutido. Isso possibilitará um entendimento geográfico da cadeia e uma análise das ações realizadas dentro do estado. Assim, a proposta de dinâmica e moderação para os grupos é apresentada nos tópicos abaixo.

### **II. METODOLOGIA PARA TRABALHAR AS CADEIAS PRODUTIVAS**

O método de trabalho nos grupos demanda 01 dia de tempo disponível para sua realização.

O trabalho de análise das cadeias produtivas conta com três momentos:

- Momento 1: Formação de Grupos Temáticos
- Momento 2: Trabalho nos Grupos temáticos
- Momento 3: Troca de participantes dos grupos
- Momento 4: Consolidação das propostas dos GTs em plenária

### III. PROCEDIMENTOS PROPOSTOS

#### MOMENTO 1: FORMAÇÃO DE GRUPOS TEMÁTICOS

Considerando que o evento contará com a participação de 300 pessoas estima-se que cada grupo terá em média entre 20 e 30 pessoas.

Os GTs propostos são 9:

- 08 “GTs Cadeias Produtivas”: castanha, borracha, óleos vegetais, açaí, (fibras vegetais e artesanato), madeira, fauna (MEL), artesanato e pesca.
- 01 “GT Serviços Ambientais” - (como que as cadeias se inserem nessa discussão? Como receber benefícios sem ser meramente assistencialistas? Quais são as opções para receber esses benefícios? Possibilidade de ter um Fundo especial para o extrativismo? O que as populações querem (dinheiro, trabalho, educação, organização, cultura, valorização, etc.)?

#### MOMENTO 2: TRABALHO NOS GRUPOS TEMÁTICOS

##### a) Apresentação dos Participantes

Dentro de cada grupo o moderador iniciará pedindo a apresentação individual das pessoas presentes no GT (nome, entidade, função, município) e irá identificá-las no mapa do estado, com tarjetas.

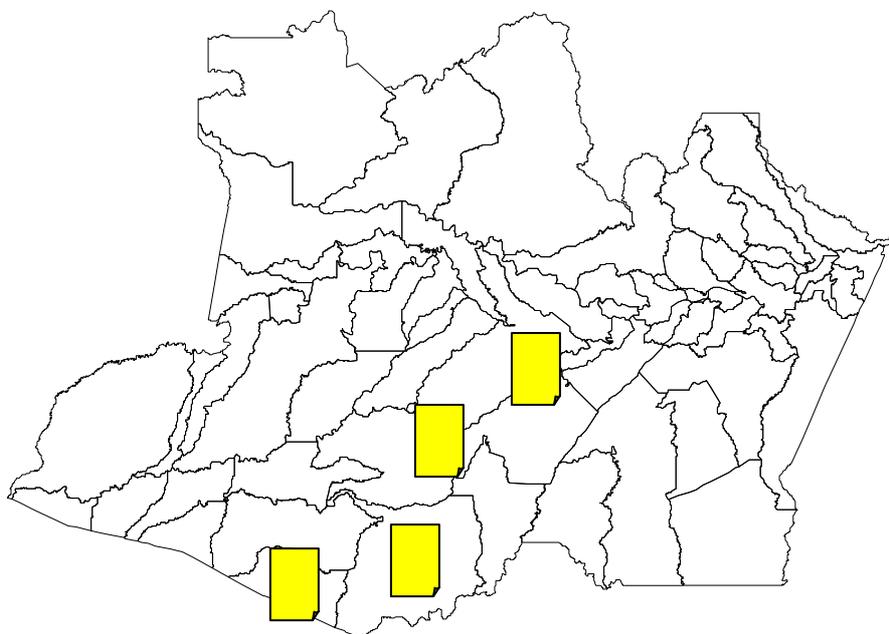


Figura 2. Mapa de localização geográfica dos participantes.

##### b) Construção Coletiva da Cadeia Produtiva

Dada a apresentação de todos se dará início às atividades do Grupo de trabalho, focando inicialmente em uma construção coletiva da cadeia

produtiva. O moderador será responsável por problematizar e fazer com que o grupo construa passo-a-passo a cadeia e **não construir pelo grupo**.

Para trazer um maior conhecimento para o facilitador e, assim, apoiar melhor as questões a serem levantadas, as cadeias estarão previamente prontas, com as demandas e políticas alocadas por elos, e algumas questões previamente definidas. Cabe ao facilitador o entendimento da situação de cada grupo e o ato de freqüentemente fazer perguntas a todos buscando o conhecimento das pessoas presentes e buscando complementar os dados que ele já possui (**IMPORTANTE: O DOCUMENTO SERVIRÁ DE BASE, MAS A CADEIA DEVE SER CONSTRUÍDA POR TODOS**).

Espera-se como resultado desta atividade um entendimento da cadeia, de como cada elo interage entre si e de como essa interação interfere na vida dos comunitários e nas suas organizações. Para tanto se torna importante inverter a lógica apresentada até agora, que é a lógica do produtor, para se passar para uma lógica diferenciada, que é a lógica do cliente e do mercado. É esperado, com isso, que o produtor passe a entender que ele não produz necessariamente o que ele quer e da forma que ele quer, mas ele produz para atender a um mercado, que tem demandas (assim como ele) e que busca um certo padrão de entrega, quantidade, qualidade e preço. É importante ressaltar que é importante atender aos requisitos do mercado, mas não necessariamente se tornar “escravo” do mesmo, buscando sempre negociar para que as demandas dos diferentes elos sejam atendidas.

Assim sendo a construção dos mapas seguirão a seguinte ordem:

**- Apresentação do método e figuras a serem utilizadas para as cadeias:**

O moderador deverá iniciar o trabalho explicando os objetivos do mesmo, como apresentado acima, e apresentar as figuras que serão utilizadas e o que elas representam. Essas figuras não são necessariamente fixas e outras podem ser criadas, contanto que tenha o comum acordo e entendimento do grupo sobre a figura e o que ela representa. Assim as figuras propostas para serem utilizadas no trabalho são as seguintes:



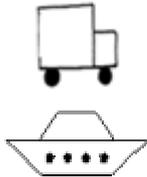
**Produtores** - Representa a produção nas comunidades, tanto florestal (madeireira e não madeireira), quanto pesqueira.



**Unidades de Beneficiamento** - Representa as diferentes unidades de beneficiamento/processamento dentro da cadeia. Pode ser tanto cooperativas, quanto empresas/indústrias que participam da mesma.



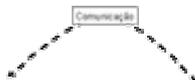
- Representa os diferentes mercados existentes na cadeia. Aqui ele pode ser diferenciado (local, nacional, internacional, orgânico, justo, ...) ou não, podendo ser colocado como um pacote só e discutido com o grupo.



- Representa os tipos de transporte possíveis para realizar a ligação entre os elos da cadeia. Para simplificar podemos utilizar somente os barco, pois representa melhor a realidade do estado do Amazonas.



- Indica o fluxo de material de um elo para o outro.



- Indica o fluxo de informação que liga um elo e outro. O mesmo pode ser melhor trabalhado e discutido durante o trabalho onde for mais pertinente: Empresas/mercado com cooperativas e cooperativas com produtores/cooperados.

- **Construção da cadeia produtiva - do mercado para o produtor (lógica de mercado)**

- ✓ Questões em ordem dos elos da cadeia:
  - i. Quais produtos vocês conhecem? Quem produz? Onde? Quais são os possíveis mercados desses produtos?
  - ii. Para os próximos elos: Quais são os materiais necessários para produzirem esse produto? Quem produz?
  - iii. Ligação entre os elos: Os produtos vão direto de um produtor para o outro? Quem intermédia/negocia? Como o mesmo é transportado? Como é feita a comunicação de um elo para o outro? Como chegam os pedidos de compra e venda? Quem faz as negociações?
- ✓ Assim o moderador deve ir desenhando o mapa seguindo as questões acima e os métodos abaixo:
  - i. Desenho da cadeia (cada item da cadeia tem um cartão previamente preparado para facilitar, sendo necessário apenas escrever o nome definido pelo GT para o elo);

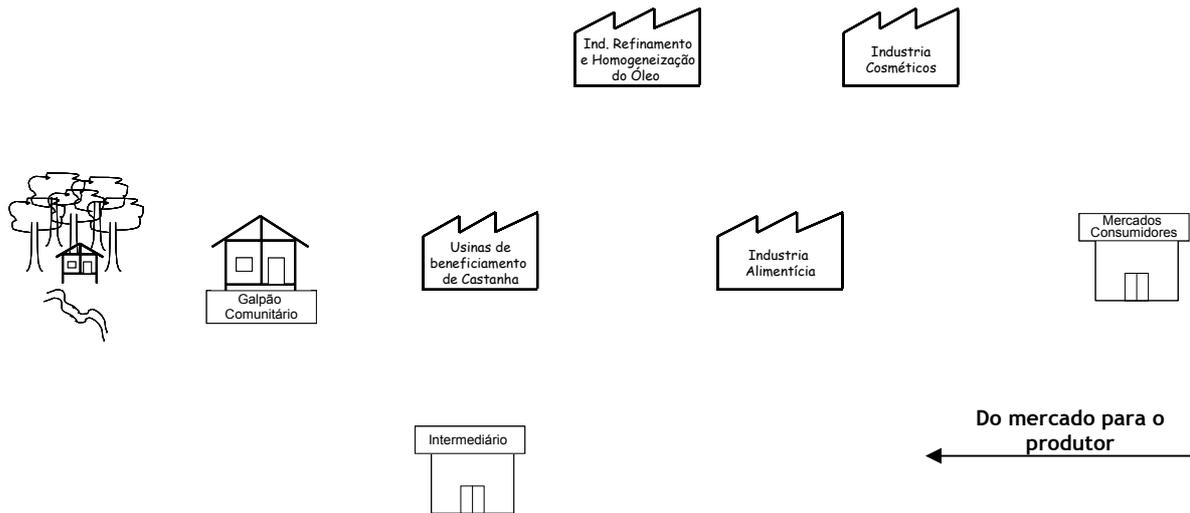


Figura 3. Mapa da cadeia produtiva somente com os elos principais mapeados.

ii. Durante o desenho de cada elo buscar o entendimento do mesmo, com diálogos sobre cada elo e sua ação/atividade, o que fazem, como funcionam, etc.;

1. Dialogar em busca de um entendimento de quais são os elos que mais agregam valor/transformam o produto e quais não agregam valor algum.

iii. Discutir as conexões entre cada elo, como se dão, como é feita a comunicação, a negociação, a venda, quais são as necessidades de informação, como o produtor se liga atualmente ao mercado, como se dá o escoamento e o transporte?

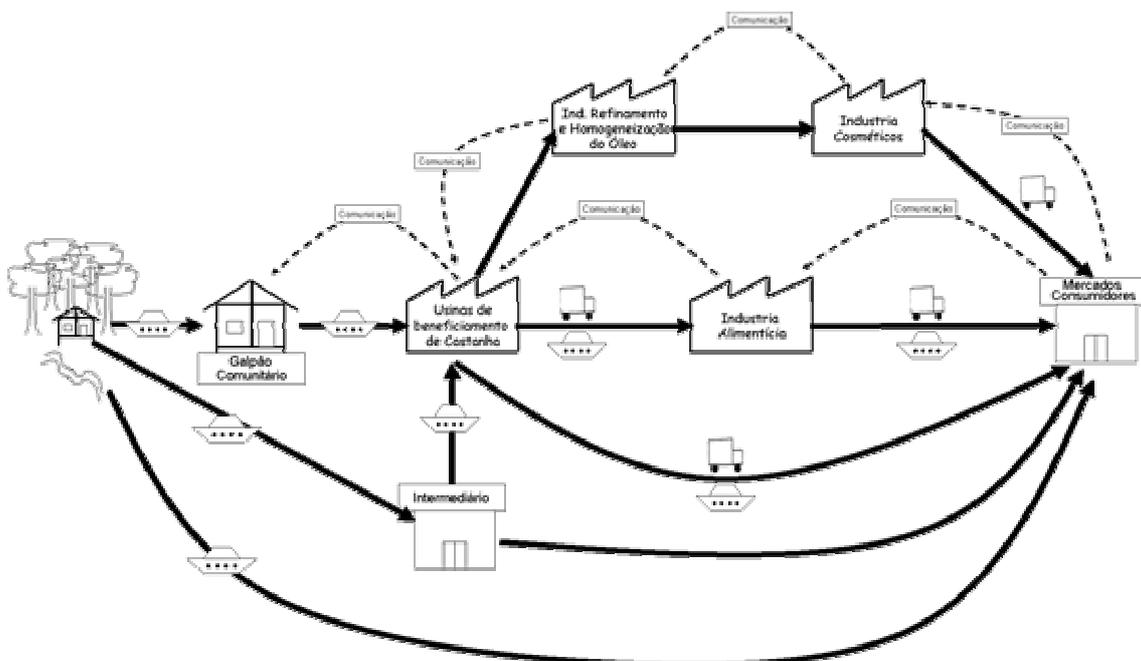


Figura 4. Mapa da cadeia produtiva completa.

- iv. Com o entendimento da cadeia pelo grupo o moderador irá suprir os mesmos com informações adicionais sobre a mesma, com dados de produção, comparação entre estados, trazendo um entendimento mais macro sobre o funcionamento da mesma e as diferenças existentes dentro da Amazônia. Quando essas informações estiverem disponíveis para a cadeia.

### c) Formação de grupos menores para diálogo sobre os “Elos”

Após a construção da cadeia o grupo será dividido em grupos menores para dialogar cada elo/agente da cadeia produtiva. Nesse diálogo serão levantadas as demandas de cada elo, as ações conhecidas pelo grupo (do estado ou de parceiros) e propostas de melhoria do elo. Depois os pequenos grupos voltam para cadeia geral apresentando suas propostas para cada elo.

As reflexões nos pequenos grupos serão quanto às necessidades que cada elo apresenta para funcionar melhor, quais políticas/ações do governo conhecem que melhorou o funcionamento do elo ou a ligação entre elos, quais ações de parceiros foram realizadas, e sugestões para melhorar o mesmo.

**Atenção!!:** Formar pequenos grupos heterogêneos, com a presença de diversidade nos grupos.

Nos grupos pequenos o facilitador indicará o caminho com questões:

- v. Qual a situação hoje desse elo da cadeia? Onde ele é operante atualmente? Como o mesmo está funcionando? Como funciona a ligação dele com os outros elos? Quanto é pago em média pelo produto nesse elo? Quais são suas dificuldades?
- vi. O que mudou? O que foi feito para melhorar? O que o estado fez para melhorar o funcionamento do elo?
- vii. O que pode ser feito para melhorar? Quais soluções seriam possíveis para as dificuldades colocadas? Quais políticas, fomentos, leis, normas faltam e/ou dificultam o desenvolvimento da cadeia?

Veja um exemplo (figura 5) de como devem ser apresentadas as demandas e as ações realizadas por eles identificados por elo.



Demandas	Ações
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Falta de conhecimento sobre organização</li> <li>✓ Falta de lideranças preparadas</li> <li>✓ Falta de orientação técnica</li> <li>✓ Baixo intercâmbio entre comunidades</li> <li>✓ Falta de investimento em Infra-estrutura</li> <li>✓ Falta de pesquisa e conexão com o mercado</li> <li>✓ escoamento da produção</li> <li>✓ Falta de articulação com e entre órgãos – As políticas do estado são implementadas departamentalmente (IDAM, ADS, SEAFE, IPAAM) sem haver uma ação transversal, com visão da cadeia, das ações.</li> <li>✓ Falta de financiamento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ <b>Lei Delegada Nº 66 de 09 de maio de 2007</b>, que cria a SEAFE, CEUC, ADS e IDAM passa a ter um departamento de florestas</li> <li>✓ Lei nº 2.826/2003 que concede ao produtor rural, associações e cooperativas isenção do ICMS nas entradas de máquinas ou equipamentos</li> <li>✓ Decreto <b>25275/ 11 de Agosto de 2005</b>, convênio número <b>58 /05 de 1º de julho de 2005</b> com a CONFAZ que concede isenção de ICMS aos produtos extrativistas em operações internas</li> <li>✓ Programa boas práticas da castanha tem atuação em <b>09</b> Municípios. Em 2005 foram produzidos de <b>1100</b> toneladas de castanha manejada.</li> <li>✓ Acesso ao crédito a 280 coletores de castanha, proporcionando a melhoria da infra-estrutura de beneficiamento e a comercialização da produção junto ao Banco do Brasil via Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável;</li> <li>✓ Certificação orgânica em Manicoré e iniciado o processo em Amaturá.</li> </ul>

Figura 5. Demandas e ações para cada elo.

#### d) Apresentação das propostas por elo para o grupo

Após a discussão nos pequenos grupos (por elo) volta-se ao grupo da cadeia para apresentação das demandas tendo como base as discussões dos grupos menores - do mercado para o produtor.

- ✓ O moderador recolhe as planilhas de cada grupo e fixa no mapa. Dois representantes do grupo apresentam as dificuldades e as ações do estado levantadas.
- ✓ O moderador busca com a plenária GT a complementação de outras dificuldades e ações do estado (utilizar as demandas e ações listadas no material de apoio para gerar questões e ajudar o grupo na tarefa);

- ✓ Caso haja outras demandas e ações não identificadas trazer as mesmas diretamente da planilha para o grupo e validar a mesma;
- **Diálogo sobre a conexão e interdependência entre cada um dos elos da cadeia para que a mesma funcione de forma eficiente.** Mostrar e frisar que para se conseguir melhores resultados (mais produção, mais venda, melhores preços, etc.) é necessário atender aos requisitos/necessidades do mercado/cliente. Dialogar e buscar um entendimento maior sobre as ligações e dependências de cada elo e como cada um contribui ou não para o outro e o melhor ou pior funcionamento da cadeia. (mostrar que se os produtores do Amazonas não atenderem às necessidades do mercado eles irão buscar outros produtores de outros estados ou países e o mesmo acontece com os produtores, se os clientes/mercado não compram com o valor esperado para a qualidade fornecida os mesmos irão buscar outros clientes/mercados que paguem);
- **Diálogo sobre a efetividade dessas políticas nos diferentes elos da cadeia.**
- ✓ Buscar cada ação do estado e levantar com os presentes o que está sendo ou não realmente percebido por eles, quais já receberam o benefício, treinamento, incentivo, quais foram as dificuldades encontradas, quais foram os resultados positivos para as comunidades, etc.
  - ✓ Quais políticas, INs, fomentos, normas faltam e/ou dificultam o desenvolvimento da cadeia? Está sendo possível aos produtores acessarem a todos os benefícios propostos pelo governo?
  - ✓ Anotar cada comentário detalhadamente para se ter mapeado a efetividades dessas políticas estaduais;
  - ✓ Buscar soluções junto aos presentes para os problemas apontados;
- **Pensar a cadeia como um todo e ver quais são as reais necessidades presentes, quais políticas precisam ser mais bem trabalhadas, o que está dificultando a cadeia para que ela atenda melhor aos quesitos da comunidade e mercado e para que seus resultados gerais (quantidade, qualidade, confiabilidade, certificação, confiabilidade de entrega, ganho social e ambiental, etc.) melhorem.** Perguntas: **Entendendo melhor as relações das cadeias, as necessidades, as ações onde queremos chegar com essas cadeias? Qual é o objetivo para a mesma, principalmente para as comunidades, para daqui à 5 anos? Qual é o sonho dos comunitários para essa cadeia?**
- ✓ Dividir os grupos em grupos menores os quais irão dialogar sobre as questões e sobre as melhorias que precisam ser feitas nos diferentes elos e suas conexões para melhorar a cadeia
  - ✓ Colocar as soluções levantadas nos grupos e pedir complemento das mesmas para a plenária do GT;



### Demandas da I e II Conferência

<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação de novas RESEX e RDS;</li> <li>- Demarcação das UCs;</li> <li>- Método de criação de UC (sobreposições, UC de proteção integral com População Tradicional);</li>   <li>- Implementação dos conselhos gestores;</li>   <li>- Falta de planos de gestão, uso e manejo;</li> <li>- Falta regularização fundiária das UC's e em áreas de manejo;</li> <li>- Falta de fiscalização (questões de pesca, caça e desmatamento) - ausência do IBAMA e IPAAM;</li> <li>- AAVs - Agentes Ambientais Voluntários (capacitação, quantidade, atividades);</li> <li>- Ações de cidadania, saúde e educação;</li>   <li>- Falta de levantamentos locais;</li>   <li>- Desconhecimento do potencial de matéria-prima e produção;</li> <li>- Diversificação da Produção;</li> <li>- Alternativas sustentáveis de produção;</li>   <li>- Qualidade;</li> <li>- Difícil padronizar a qualidade do óleo na produção em diferentes escalas - pesquisas;</li> <li>- Dificuldades na mobilização comunitária, capacitação de moradores;</li> <li>- Falta de capacitação básica em toda a cadeia produtiva e gestão;</li> <li>- Falta de organização da produção;</li>   <li>- Regularização das associações e cooperativas;</li> <li>- Dificuldades de escoamento;</li>   <li>- Falta de conhecimento de utilização dos subprodutos;</li> <li>- Falta de pesquisa de mercado;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dificuldade de armazenamento;</li> <li>- Baixo preço dos produtos;</li> <li>- Dificuldades de comercialização - Dificuldade de acesso direto do produtor com o mercado - predominância da antiga economia de escambo (prejuízos com a comercialização) - falta de agentes que promovam a ligação direta entre produção e mercado;</li> <li>- Acesso à tecnologia adequada - Pouca agregação de valor aos subprodutos da cadeia produtiva</li> <li>- Ausência ou pouca pesquisa sendo realizada;</li>   <li>- Competição desleal com madeira ilegal; Falta de difusão sobre normas do MF;</li> <li>- Falta de materiais informativos sobre MF;</li>   <li>- Produção de tigelas;</li>   <li>- Falta de pagamento dos kits encomendados pela Agência de Florestas;</li> <li>- Falta de agilidade no pagamento de subvenção;</li> <li>- Pagamento na taxa da SEFAZ e ICMS interno;</li>   <li>- Dificuldade em conseguir nota fiscal;</li> <li>- Época inadequada para convênio (junho) devido a tributos;</li> <li>- Falta de mobilização dos órgãos ambientais;</li> <li>- Falta de articulação com e entre órgãos;</li>   <li>- Excesso de documentação exigida;</li>   <li>- Demora na aprovação de documentos;</li>   <li>- Falta de políticas públicas para o Extrativismo - Ilegalidade do setor - Falta de política pública que valorize a utilização da floresta;</li> <li>- Falta de apoio financeiro, linhas de crédito;</li>   <li>- Falta de normas voltadas ao licenciamento ambiental de produtos não madeireiros;</li> <li>- Falta de uma agricultura coletiva, familiar e sustentável;</li> <li>- Apoio técnico deficiente nas questões de produtos florestais e agrárias - Técnicos sem conhecimento da realidade local - Assistência técnica mal preparada e desatualizada;</li> </ul>
---	---

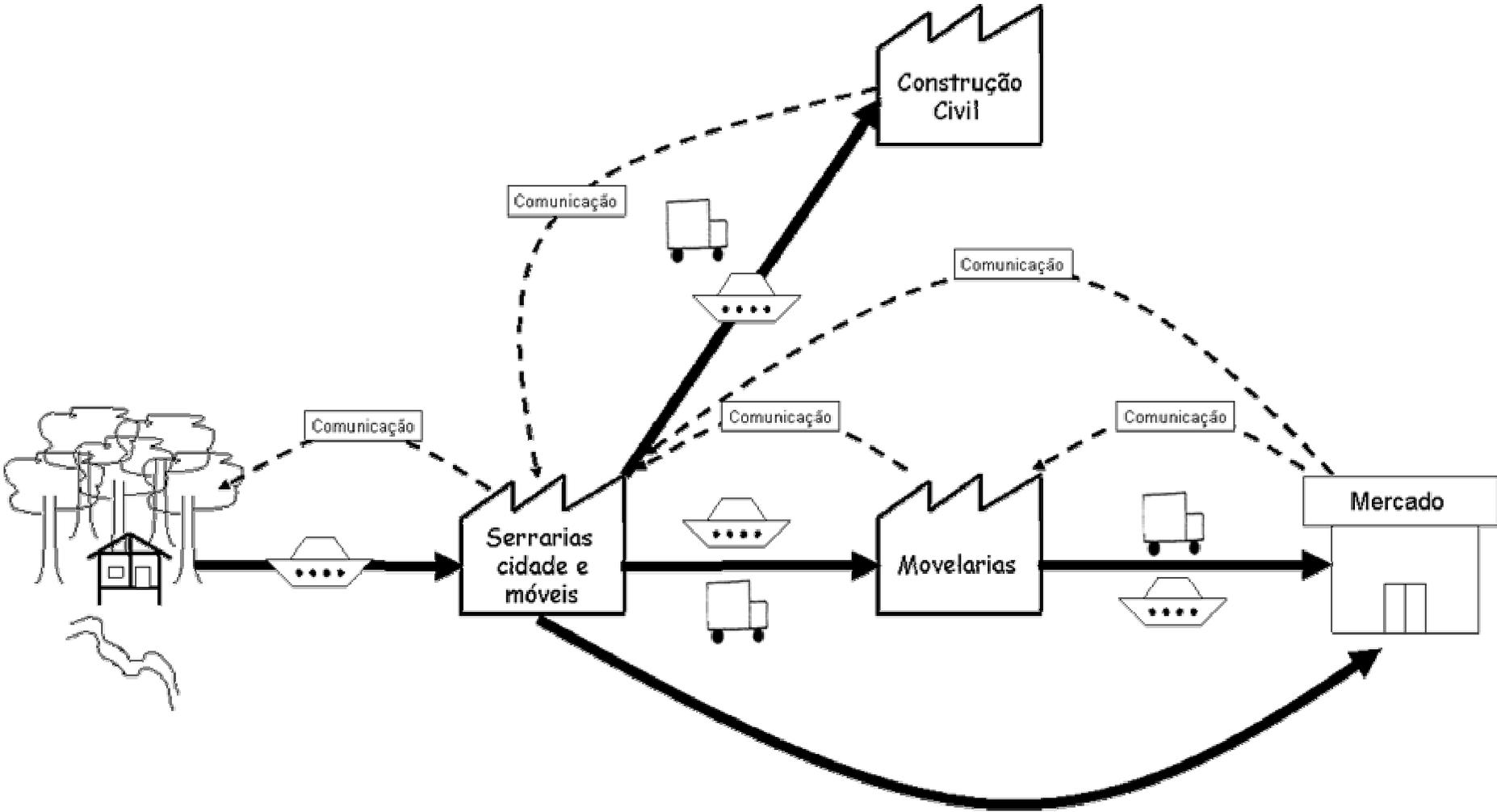
## Ações Gerais do Estado

- Fiscalizações realizadas; 2003-1611; 2004-1785; 2005-1385; 2006-1470; 2007-1406.
- Contratação de 61 novos técnicos para o IPAAM;
- Número de licenciamentos realizados anualmente: 2003-1735; 2004-2041; 2005-2053; 2006-2192; 2007-2861;
- Termo de cooperação entre IPAAM e SEPROR para promover a descentralização das licenças ambientais;
- Processos de descentralização e gestão compartilhada em Fonte Boa (em parceria com o IDSFB) e Itacoatiara;
- Desmatamento: 03 - 1587 Km<sup>2</sup>; 04 - 1211Km<sup>2</sup>; 05 - 752 Km<sup>2</sup>; 06 - 780 Km<sup>2</sup>; 07 - 582 Km<sup>2</sup>;
- Política estadual sobre mudanças climáticas, conservação ambiental e desenvolvimento sustentável do Amazonas (LEI 3.135 05/06/2007);
- Capítulo V, Seção I autoriza administração de programas e projetos de mudanças climáticas por uma única fundação na Lei 3.135 05/06/2007;
- CRIAÇÃO DA FUNDAÇÃO AMAZONAS SUSTENTÁVEL (FAS) - 12/2007;
- Negociação com a rede de Hotel Merity para pagamento de serviços ambientais pelo mercado voluntário;
- Programa Bolsa Floresta - 2027 bolsas divididas: 241 (Uatumã), 994 (RDS Mamirauá), 140 (RESEX Catuá-Ipixiuna), 439 (RDS Piagaçu-Purus), 182 (RDS Uacari), 31 (RDS Cujubim);
- Criação do CECLIMA dentro da UGMUC que irá contar com 34 profissionais;
- Publicação da Série Técnica Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com 8 unidades;
- Finalização do Macro Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) prevista para 2008;
- Criação da Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis do Amazonas - AFLORAM em 31 de janeiro de 2003, que tinha como foco central de sua missão, a execução das políticas voltadas à dinamização das cadeias produtivas florestais e faunísticas;
- Criação do Programa Zona Franca verde - (2003);
- Cadastro na ADS de Associações e Cooperativas, fornecedores individuais e compradores potenciais;
- Implementação da política florestal e ações de ATEF direcionadas para o IDAM, com maior abrangência no estado pela Lei Delegada Nº. 66 de 09 de maio de 2007;
- Lei complementar 53 de 5/06/2007 – SEUC;
- Criação da CEUC, CECLIMA e UGMUC - Lei Delegada Nº. 66 de 09 de maio de 2007;
- Até 2002 foram criadas 13 UCs estaduais;- de 2003 a 2007 foram criadas 21 UCs, sendo 12 de uso sustentável;
- De 34 UCS tem-se: 3 Planos de Gestão concluídos e 2 conselhos gestores publicados. 27 Planos gestores iniciados e 22 com o processo iniciado;

## Ações Gerais do Estado

- Projeto Corredores Ecológicos - Decreto 563/92 - com objetivo de otimizar os benefícios oferecidos pelas florestas tropicais. 53 milhões de hectares;
- Contratação de 20 chefes de UC;
- PECA - plano estadual de capacitação ambiental - 1302 técnicos capacitados;
- Programa de Desenvolvimento Florestal Sustentável - PROFLORESTA, 23 de Março de 2003 (prioritariamente para Juruá, Alto Solimões, Madeira e Purus);
- FMPEs - Fundo que apóia o Mini e pequeno produtor rural, micro e pequenas empresas - R\$ 200,00 a R\$ 25.000,00, 6% a.a. e 25% de adimplência sobre os juros;
- Plantar o Futuro - financiamento destinado à implantação de módulos de produção, de culturas regionais de subsistência como a mandioca (cultura básica) consorciada ou não com espécies frutíferas (ciclo médio) e florestais (ciclo longo) que se apresentem sustentáveis do ponto-de-vista técnico e econômico - até R\$ 3.600,00, 18 meses, 6% a.a.
- ProBUC - Programa de Monitoramento da Biodiversidade - Os objetivos gerais do programa são identificar as ameaças à biodiversidade de maneira regular e contínua, com foco na geração de subsídios para construção e/ou ajuste nas propostas de manejo dos recursos naturais e informações estratégicas para a gestão das Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas. Formação de 42 monitores na RDS Uacari;
- Programa de Gestão Ambiental Integrada do Amazonas – PGAI - Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE (com ênfase no ordenamento territorial), capacitação ambiental, monitoramento e controle ambiental (fiscalização e fortalecimento institucional), tendo em vista a descentralização da gestão ambiental;
- Programa de Extrativismo Mineral Familiar - Instrução Normativa SDS 003/2005 - , iniciado pela SDS em 2005, que promove e monitora o trabalho de cooperativas minerais localizadas no rio Madeira, municípios de Humaitá e Manicoré, atividade de Extração do ouro desenvolvida por mais de três mil famílias cooperadas;
- Ofício de Parceria Nº. 328/2008/GP/ITEAM - Parceria de colaboração institucional para promover a regularização da situação fundiária em 14 UCs estaduais (RDS do Uatumã, RDS do Amapá, RDS do Cujubim, RDS de Mamirauá, RDS Piagaçu-Purus, RDS do Juma, RDS do Uacari, RDS do Rio Madeira, RDS do Amanã, RESEX do Catuá-Ipixuna, RESEX do Rio Gregório, Floresta Estadual de Maués, Parque Estadual do Rio Negro e Mosaico do Apuí) - Com previsão de 30 meses de trabalho;
- De 2004 a 2007 foram emitidos 856 títulos definitivos na Zona Rural; 1143 títulos provisórios na zona rural; 1112 CDRU; 1516 certidões de inteiro teor de título definitivo;
- Criação do Fórum da Terra em 21 municípios;
- Programa de Apoio ao Fomento, Alimentação e Habitação em Parceria com o INCRA;

Cadeia Produtiva de Madeira.





Demandas	Dados e Ações
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de apoio nos municípios;</li> <li>- Excesso de documentação exigida;</li> <li>- Demora na aprovação de documentos;</li> <li>- Falta de política pública que valorize a utilização da floresta;</li> <li>- Técnicos sem conhecimento da realidade local;</li> <li>- Competição desleal com madeira ilegal;</li> <li>- Falta de fiscalização;</li> <li>- Falta de capacitação técnica e gerencial para manejo florestal;</li> <li>- Falta de técnicos;</li> <li>- Recursos escassos para o setor;</li> <li>- Falta de difusão sobre normas do MF;</li> <li>- Falta de materiais informativos sobre MF;</li> <li>- Falta/dificuldade para acessar linhas de crédito;</li> <li>- Falta de documentos de regularização fundiária.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Portaria <b>040/2003 SDS</b>, que dispõe sobre o estabelecimento e o licenciamento de planos de pequena escala, alterada pela <b>IN PMFPE Nº. 01/06 - SDS</b>;</li> <li>- Lei Delegada Nº. <b>66 de 09 de maio de 2007</b>, que cria a SEAFE, CEUC, ADS e IDAM passa a ter um departamento de florestas;</li> <li>- <b>IN nº. 001/2005 - SDS</b>, sobre o aproveitamento de árvores mortas ou caídas;</li> <li>- Proibição de Corte das Oleaginosas (Andiroba e Copaíba) - Decreto Nº. <b>25.044/2005</b>;</li> <li>- Decreto 25275/ 11 de Agosto de 2005. Convênio número 58 /05 de 1º de julho de 2005 com a CONFAZ que concede isenção aos produtos extrativistas em operações internas;</li> <li>- Ação tentativa de legislação: IN SDS 03/2006, que instituiu a Auto Declaração de Consumo de Matéria-prima Florestal (ADECOMF) e Declaração de Fornecimento de Matéria-prima Florestal (DEFOMF) em regime experimental;</li> <li>- <b>Projeto Floresta Viva - consolidação do PMFPEs, apoio à organizações do setor, apoio a estruturação do setor</b>;</li> <li>- Termo de cooperação entre IPAAM e SEPROR para promover a descentralização das licenças ambientais;</li> <li>- Processos de descentralização e gestão compartilhada em Fonte Boa (em parceria com o IDSFB) e</li> </ul>

	<p>Itacoatiara;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Entre 2005 e 2007 foram elaborados 976 PMFPEs - OBS.: Dos 700 PMFPEs feitos até 2006 apenas 13% foram executados;</li><li>- Processo de estruturação do “SIGAM”: sistema eletrônico de gerenciamento de informações e processos;</li><li>- Tentativa de Certificação FSC com piloto na AMEC em Carauari;</li><li>- Cursos de capacitação para o empreendedorismo, associativismo e cooperativismo para produtores, associações e cooperativas com a parceria entre MIN, SEBRAE e OCB;</li><li>- Número de licenciamentos gerais realizados anualmente: 2003-1735; 2004-2041; 2005-2053; 2006-2192; 2007-2861;</li><li>- Fiscalizações realizadas; 2003-1611; 2004-1785; 2005-1385; 2006-1470; 2007-1406.</li></ul>
--	--



Demandas	Dados e Ações
<ul style="list-style-type: none"><li>- Falta de apoio nos municípios;</li><li>- Excesso de documentação exigida;</li><li>- Demora na aprovação de documentos;</li><li>- Falta de política pública que valorize a utilização da floresta;</li><li>- Técnicos sem conhecimento da realidade local</li><li>- Competição desleal com madeira ilegal;</li><li>- Falta de fiscalização;</li><li>- Falta de técnicos;</li><li>- Recursos escassos para o setor;</li><li>- Falta/dificuldade para acessar linhas de crédito;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- <b>Projeto Floresta Viva - estruturação da cadeia produtiva;</b></li><li>- Decreto 25275/ 11 de Agosto de 2005. Convênio número 58 /05 de 1º de julho de 2005 com a CONFAZ que concede isenção aos produtos extrativistas em operações internas;</li><li>- R\$ 340 mil foram investidos em atividades de levantamento de potencialidades, elaboração de planos de manejo, capacitação, desenvolvimento da cadeia de beneficiamento, além da construção da estrutura do IDS Maués;</li><li>- Implantação de 08 unidades de beneficiamento em: Benjamim Constant, Tonantins, Fonte Boa, Carauari, Tefé, Boa Vista do Ramos e Itacoatiara;</li><li>- Infra-estrutura instalada entre 2003 e 2007. XX serraria móveis; XX Galpões; XX Estufas;</li><li>- Cursos de capacitação para o empreendedorismo, associativismo e cooperativismo para produtores, associações e cooperativas com a parceria entre MIN, SEBRAE e OCB</li><li>- Captação em parceria com a FAETEC - Fundação de Apoio a Educação e a Tecnologia, para a compra de um micro-tractor para ACAF, visando fortalecer o escoamento da produção madeireira.</li><li>- Projetos de financiamento aprovados junto à AFEAM (fundos FMPES e PROFLORESTA) com movimento de recursos no setor madeireiro da ordem de R\$ 1,1 milhão até 2006..</li></ul>



Demandas	Dados e Ações
<ul style="list-style-type: none"><li>- Falta de apoio nos municípios;</li><li>- Excesso de documentação exigida;</li><li>- Demora na aprovação de documentos;</li><li>- Falta de política pública que valorize a utilização da floresta;</li><li>- Técnicos sem conhecimento da realidade local</li><li>- Competição desleal com madeira ilegal;</li><li>- Falta de fiscalização;</li><li>- Falta de técnicos;</li><li>- Recursos escassos para o setor;</li><li>- Falta/dificuldade para acessar linhas de crédito;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- <b>Projeto Floresta Viva - estruturação da cadeia produtiva;</b></li><li>- Cerca de 80 mil carteiras escolares que foram produzidas em 2006 em 09 municípios do interior do estado e Manaus, por cooperativas de produção moveleira;</li><li>- Fortalecimento das associações e cooperativas moveleiras: AMESE, AMEC, RDS Mamirauá, ACAF;</li><li>- Cursos na área de marcenaria e movelaria em parceria com a FUCAPI, SENAI, SEBRAE, AGROAMAZON E SEDUC, para o desenvolvimento de novos produtos: (1) Camas de madeira de floresta manejada (2) Carteira escolares;</li><li>- Em 2003, a AFLORAM em parceria com a FUCAPI investiram recursos para a estruturação da Oficina Escola de Marcenaria de Itacoatiara e também para a realização de cursos de capacitação em carpintaria, marcenaria e organização da produção;</li><li>- Cursos de capacitação para o empreendedorismo, associativismo e cooperativismo para produtores, associações e cooperativas com a parceria entre MIN, SEBRAE E OCB.</li></ul>



Demandas	Dados e Ações
<ul style="list-style-type: none"><li>- Garantia de entrega do produto;</li><li>- Qualidade do produto oferecido;</li><li>- Certificação Florestal (FSC);</li><li>- Fornecedores organizados;</li><li>- Preço.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Projeto Floresta Viva - Portal da Madeira Manejada: Viabiliza a informação de oferta e demanda de produtos de madeira manejada;</li><li>- Mostra de móveis regionais, focado no produto cama, produzida com design da FUCAPI em Manaus;</li><li>- Projeto Carteiras Escolares em parceria com a SEDUC, 80 mil carteiras em 2006;</li><li>- Apoio a uma rodada de negócios em Tefé organizada pelo IDSM para a RDS Mamirauá;</li><li>- Auxílio à ACAF - Associação Cooperativa Agrícola e Florestal de Boa Vista do Ramos na comercialização da madeira certificada FSC.</li></ul>